

Capítulo 15

Redes sociais, migrações e transnacionalismo

Ana Paula Cordeiro

15.1. Introdução

A relevância das redes sociais no quadro migratório foi particularmente enfatizada a partir dos anos setenta do século passado, tendo merecido, desde então, especial atenção nos trabalhos de pesquisa realizados por cientistas sociais de várias áreas disciplinares. De um modo geral, as investigações realizadas a seu respeito enquadram-se no âmbito da teoria dos sistemas migratórios, a qual configura a ligação entre dois ou mais espaços através de movimentos migratórios (correntes e contracorrentes) de indivíduos, com ligações históricas, sociais, culturais, económicas e políticas (Rocha-Trindade, 1995; Samers, 2010).

A mobilização do conceito de redes sociais para o estudo das migrações veio acrescentar a perspectiva meso à análise do fenómeno migratório, complementando as explicações da realidade migratória baseadas, nos fatores estruturais por um lado, e na ação individual dos seus protagonistas, por outro (Massey *et al.*, 1993, 1998; Faist, 2000). Neste sentido, para além da influência das condições de natureza macro na ocorrência de fluxos migratórios, reconhece-se que as decisões e comportamentos dos migrantes resultam, em larga medida, da sua participação em determinadas unidades sociais, ou seja, dos vínculos, laços e relações que, no interior destas, estabelecem com outros agentes. Neste contexto, as redes sociais são percecionadas como «(...) fatores de intermediação entre os atores individuais e as forças estruturais» e «(...) ao ligarem migrantes e não migrantes no espaço e no tempo, (...) dão origem a teias complexas de relações interpessoais que permitem conceptualizar as migrações como um produto social» (Rocha-Trindade, 1995, p. 91).

A abordagem analítica das migrações pelo ângulo das redes sociais reveste-se, por isso, da maior pertinência, assumindo atualmente especial interesse, atendendo às enormes alterações observadas no suporte e nas condições do seu funcionamento, na dimensão, tipologia e dinamismo das suas ações, no perfil e práticas dos seus membros.

15.2. O papel das redes sociais nos processos migratórios

Emigrar pressupõe sempre deixar aquilo que se conhece e, assim, aquilo com que se está familiarizado – família, amigos, casa, uma comunidade, um espaço físico e social, um país – e enfrentar o desconhecido – outras pessoas, diferentes lugares, nova habitação, novo emprego, muitas vezes outra língua, práticas sociais e culturais diferenciadas. Emigrar é sempre, de alguma forma, sair da «zona de conforto» e, por esse motivo, embora seja um processo movido pela esperança e pela expectativa é frequentemente também acompanhado por sentimentos de insegurança e incerteza, percebido como uma situação de risco.

Nesta sequência, a decisão e o ato de emigrar implicam, por norma, a definição e implementação de estratégias e ações que têm por finalidade diminuir essa sensação de vulnerabilidade, o receio de confrontar o imprevisível, em suma, de reduzir os custos – materiais e emocionais – envolvidos nos processos migratórios e de reduzir, ao máximo, a possibilidade de que fracassem.

É neste contexto que as redes sociais assumem especial importância no âmbito alargado dos processos migratórios e marcam presença contínua em todas as fases do seu desenvolvimento, atendendo a que através delas «(...) os indivíduos podem compensar situações de acesso limitado a recursos instrumentais para alcançarem objetivos nas suas trajetórias de vida que impliquem mudanças migratórias.» (Pinho, 2015, pp. 82-83).

Sendo as redes sociais, em sentido lato,

«(...) todas as conexões diretas e indiretas que unem um indivíduo ou um grupo a outros indivíduos ou grupos» (Giddens, 2013, p. 924), no quadro migratório, as habitualmente designadas *migrant network* são definidas como «conjuntos de ligações interpessoais que ligam migrantes, migrantes pioneiros e não migrantes nas áreas de origem e de destino, através de laços de parentesco, amizade e de origem comum» (Massey, 1988, p. 396).

e são perspectivadas como um recurso vital a mobilizar na criação de condições que potenciem o sucesso dos movimentos migratórios.

Tal acontece pelo facto das redes sociais integrarem pessoas que se conhecem diretamente, pessoas que colocam os seus pares em contacto com outras, que intercedem por eles junto de pessoas que estes não conhecem e

com quem passam a interagir por seu intermédio, alargando, mesmo que indiretamente, o seu universo social, o seu «raio» de interação social, potenciando, assim, o alcance e a influência das suas ações, aumentando os seus recursos e oportunidades.

Além disso, as redes sociais incluem frequentemente indivíduos com origens e afiliações sociais comuns (classe social, grupo étnico, clube desportivo, entidade patronal, origem geográfica, pertença cultural, associação recreativa etc.) que partilham, muitas vezes, um sentimento de identidade e de pertença comum, proporcionando sensações de confiança, cooperação, solidariedade, segurança e estabilidade, durante uma experiência que é, por inerência, disruptiva.

Acresce ainda, que as redes sociais servem os interesses dos seus membros de vários modos e são acionadas principalmente quando se procuram oportunidades e benefícios, constituindo e facultando um inestimável capital social, entendido na aceção de Pierre Bourdieu, como:

«l'ensemble des ressources actuelles ou potentielles qui sont liées à la possession d'un réseau durable de relations plus ou moins institutionnalisées d'interconnaissance et d'inter-reconnaissance; ou, en d'autres termes, à l'appartenance a un groupe, comme ensemble d'agents qui ne sont pas seulement dotés de propriétés communes (susceptibles d'être perçues par l'observateur, par les autres ou par eux-mêmes) mais sont aussi unis par des liaisons permanentes et utiles» (1980, p. 2).

Ao proporcionarem um universo social mais amplo e diversificado, um leque de recursos e oportunidades mais alargado, uma estrutura relacional, e até emocional e afetiva de grande relevo, as redes sociais adquirem lugar de destaque nas experiências migratórias, uma vez que estão diretamente associadas à redução progressiva dos respetivos custos e riscos (Massey *et al.*, 1998).

15.3. Redes sociais e percurso migratório

Atendendo aos seus atributos, ao capital social que delas emana, as redes sociais constituem um recurso de enorme valor para os migrantes, sendo constituídas maioritariamente por familiares, amigos, colegas e conterrâneos e, por norma, acionadas ao longo de todo o percurso migratório, o qual compreende, segundo Maria Beatriz Rocha-Trindade (1995), o conjunto de pas-

sos e ações relevantes levados a cabo por um migrante durante o processo social que vivencia, ocorridos de acordo com uma certa cadência cronológica.

O primeiro momento em que a relevância das redes sociais se manifesta no quadro migratório, tem lugar mesmo antes da partida, ocorrendo no período da tomada de decisão de emigrar ou não emigrar e, subseqüentemente em caso afirmativo, na fase da seleção do país de destino. As informações sobre potenciais países recetores, as vantagens e desvantagens que apresentam, as oportunidades e dificuldades que oferecem, são transmitidas por elementos de redes sociais que já vivenciaram ou ainda vivenciam a experiência migratória, e/ou pelos seus familiares e amigos. É com eles que se tentam esclarecer dúvidas, que se analisam alternativas, que se partilham expectativas e receios, motivos pelos quais a tomada de decisão de emigrar e a escolha do país de acolhimento, é significativamente influenciada pelos seus conhecimentos e opiniões.

A preparação da partida é também uma etapa do processo migratório, na qual o papel das redes sociais denota evidente proeminência. As informações relativas à documentação necessária para fixar residência ou exercer atividade profissional no país de acolhimento, as informações que dizem respeito à viagem, e ainda todas as ações que é necessário realizar para deixar, mesmo que temporariamente, o país de origem, contam com a participação dos membros das redes sociais do migrante. Por seu intermédio se acede muitas vezes a engajadores, líderes comunitários, dirigentes associativos, emigrantes percussores, que facultam mecanismos de facilitação do movimento migratório (como a carta de chamada, entre muitos outros).

Na fase de instalação no país de destino o contributo das redes sociais é da maior importância em vários domínios: na disponibilização de locais de alojamento, na identificação de espaços habitacionais e na efetivação do seu aluguer; na divulgação de oportunidades trabalho e no acesso ao emprego, na adaptação ao desempenho da atividade profissional; no apoio ao cumprimento de formalidades de natureza burocrática, administrativa e legal; no enquadramento nas rotinas diárias na sociedade de acolhimento, no estabelecimento dos primeiros contactos e relações sociais. A expressão mais visível dos efeitos das redes sociais em alguns destes domínios pode ser ilustrada pela concentração física de migrantes de uma mesma origem nacional e/ou regional em determinadas localidades do país de acolhimento e, igualmente, pela sua concentração em determinados setores de atividade profissional. O fenómeno da especialização de destinos conhece inúmeros casos na reali-

dade migratória portuguesa, a que título de exemplo se pode referir a radicação de madeirenses na Venezuela ou de açorianos no Canadá e nos Estados Unidos, no que diz respeito à emigração, e a presença massiva de caboverdeanos no concelho da Amadora, no que toca à imigração. A concentração de imigrantes num mesmo espaço laboral, a localização de um conjunto significativo de empresas de migrantes num dado território, em resposta à procura proveniente de um determinado mercado de origem étnica, constitui o suporte empírico da teoria dos enclaves económicos criada por Alejandro Portes (1981), e enquadra-se também na dinâmica social suportada por redes sociais em contexto migratório.

A função das redes sociais durante toda a estadia no país de destino e, assim, no processo contínuo de integração dos migrantes, assume relevo assinalável não só no estabelecimento de relações que facilitam o acesso a novas oportunidades de emprego e habitação, no contacto mediado com a língua do país recetor, na adaptação aos seus valores, práticas sociais e culturais, como também na inserção em diversos grupos e organizações sociais da sociedade autóctone e da comunidade migrante, muitas vezes dotadas de carácter institucional, como sejam as associações desportivas, recreativas e de lazer.

Todavia, nesta fase, as redes sociais são igualmente um poderoso recurso na manutenção dos vínculos dos migrantes com o país de origem, mediante a ação de elementos que nele permaneceram, e de outros que se encontram radicados no estrangeiro. Por eles são assegurados os fluxos de informação, de bens de valores e referências, entre os dois espaços, apoiada a execução de inúmeras tarefas e o cumprimento de diversas obrigações no país emissor, mantido o suporte afetivo a quem se ausentou da sua comunidade de pertença.

Nas situações de regresso ao país de origem, definitivo ou temporário (movimentos migratórios cíclicos, sazonais, pendulares), as redes sociais têm também um papel ativo no apoio à preparação do abandono do país estrangeiro, ao *terminus* ou suspensão de determinados vínculos e compromissos formais, mas também muitas vezes em dar continuidade ao contacto intermitente e às ligações que com ele se mantêm.

As redes sociais revestem-se igualmente de interesse considerável na fase da reinserção no país de origem, designadamente na obtenção de informações sobre os trâmites legais que enquadram atividades de diversa natureza no domínio laboral, empresarial, aquisitivo, sobre as condições de acesso a diferentes serviços nos domínios da saúde, da segurança social (entre muitos

outros), na transmissão de conhecimento sobre as novas dinâmicas sociais e culturais em curso, na integração em novos grupos e organizações sociais.

15.4. Evolução das redes sociais no quadro migratório

As redes sociais constituídas em contexto migratório operam maioritariamente de modo informal, tendo sido até há poucas décadas atrás, alargadas, fortalecidas e perpetuadas pelo meio associativo criado no país recetor. O amplo universo de associações de migrantes constituiu-se como espaço privilegiado de congregação de redes de conhecimentos e amizades, motivadas e animadas por iniciativas de índole solidária, por eventos desportivos e musicais, atividades de recreação e lazer, ensino da língua (estrangeira ou portuguesa, no caso dos descendentes) e, deste modo, como um forte suporte à presença e à afirmação identitária dos migrantes no país de acolhimento e, simultaneamente, à ligação ao país, às comunidades e à cultura de origem.

Estas redes migratórias, às quais é reconhecido essencialmente um papel de reprodução e retroalimentação dos movimentos migratórios (Massey *et al.*, 1993, Faist, 2000), impulsionaram a emergência e o fortalecimento de correntes migratórias, ou seja, de extensos fluxos migratórios em cadeia, de um país para outro e, muitas vezes, de uma região ou localidade do país de origem para uma mesma região ou localidade do país de destino, durante períodos temporais muito prolongados (anos, décadas, séculos). Delas resultou a constituição de grandes comunidades migrantes e o surgimento de diásporas, definidas como populações de uma mesma origem étnica, que embora dispersas por regiões estrangeiras a partir da sua terra natal, se mantêm unidas, ao longo de gerações, com base numa história comum, numa memória coletiva e numa identidade de pertença que é por si cultivada e preservada (Rocha-Trindade, 1995).

Muito embora a importância das redes sociais seja uma constante no quadro dos processos migratórios ao longo dos tempos, e os propósitos subjacentes à sua constituição e funcionamento se mantenham, de uma forma geral, registam-se, nas últimas décadas, alterações assinaláveis relativamente à sua natureza, modo de funcionamento e às práticas que desenvolvem.

De facto, apesar de algumas das características afetas às redes sociais ligadas ao meio migratório se manterem, outras sofreram grandes transformações depois do advento das tecnologias da informação e comunicação, as

quais constituíram, como refere Castells (2012), um fator de alavancagem essencial para a existência de novas redes sociais operantes em suporte digital. Exemplo claro dessa realidade é o incontável número de redes sociais virtuais associadas ao fenómeno migratório, presentes em diversas plataformas digitais, como o Facebook (ex.: Portugueses em Espanha, Portugueses em Bucareste, Emigrantes portugueses em Paris, Portugueses e portuguesas em Berlim, Portugueses em Angola – negócios e trabalho, etc.) o Twitter, o Instagram, entre outras.

Muitas das redes sociais que em contexto migratório proporcionam atualmente comunicação e interação entre os seus membros, operam em ambiente virtual, mediadas pelo computador, abandonando os constrangimentos físicos, espaciais e temporais das suas congéneres anteriores. A informação que se transmitia e o contacto que se estabelecia anteriormente por carta, telefone ou face a face, nas visitas à terra natal, ou mesmo em encontros nas organizações associativas no país de acolhimento, de forma espaçada no tempo e distanciada no espaço, são hoje veiculados pelo computador em breves instantes. Por outro lado, se a interação social que as redes sociais possibilitavam até há algumas décadas atrás, se circunscrevia, quase exclusivamente, a familiares, amigos, colegas, conhecidos e conhecidos de conhecidos, hoje elas facultam acesso autónomo e independente, contacto direto e imediato a agentes, grupos sociais e instituições desconhecidos, o que amplia e intensifica fortemente a dimensão da estrutura reticular das redes, podendo aumentar de forma inusitada o alcance e a capacidade de influência dos respetivos atores.

Contudo, se a abrangência do raio de ação dos atores é potenciada, efetivamente, pela democratização do acesso direto às redes e aos seus membros (não obstante a necessidade de formular um pedido de admissão e obter a respetiva autorização para participar em muitas delas, como o Facebook e o Instagram, por exemplo), eliminando as limitações que muitas vezes a hierarquia social e o espartilho comunitário colocava a alguns deles, a possibilidade de todos poderem ser produtores de informação, em igualdade de circunstâncias e com igual visibilidade, trouxe grandes mudanças à estrutura reticular de algumas redes. A informalidade e horizontalidade da interação social permitida pelas novas tecnologias acarretou alterações às posições ocupadas por alguns atores, designadamente líderes comunitários e, conseqüentemente, à estrutura de algumas delas, a qual se tornou mais flexível e descentralizada.

Todavia, o verdadeiro significado e eficácia das novas formas de sociabilidade observadas nas redes sociais virtuais atualmente, não reúne consenso por parte de sociólogos e outros cientistas sociais, aplicando-se as questões levantadas a seu respeito, às redes sociais virtuais associadas às migrações. Uma das vozes mais dissonantes sobre as redes sociais virtuais é a de Bauman (1999), cuja argumentação, no quadro daquilo que apelidou modernidade líquida, defende que as relações estabelecidas por seu intermédio são ausentes de conteúdo, impessoais, sem profundidade e significado sentimental, fugazes, frágeis e descartáveis, não dando lugar ao estabelecimento de laços e vínculos consistentes. Por essa razão, no entendimento do autor, as redes sociais virtuais não são reflexo ou resultado da existência de verdadeiras comunidades, uma vez que esta não é objeto de opção pessoal. O pensamento de Bauman sugere assim que as redes sociais emanam de comunidades efetivas, são componentes da sua própria tessitura, e contribuem, simultaneamente para a sua consolidação, podendo ser percebidas como causa e efeito do fenómeno comunitário. A pertença a redes sociais em meio virtual resultam da decisão individual do potencial membro e da decisão dos administradores da rede, estando-se vinculados a elas apenas quando e como queremos, ou quando e como terceiros querem, razão pela qual não fornecem os alicerces necessários à formação de comunidades, no sentido convencional do termo.

Se anteriormente as redes sociais apresentavam um cariz mais personalizado, eram portadoras de uma identidade social facilmente identificável, atendendo à alocação da rede a um determinado grupo social, estando mais claros os papéis e as posições que os indivíduos ocupavam no interior da sua estrutura, aquelas que hoje funcionam através de meios de comunicação e interação desterritorializados, e de mecanismos de agregação ou desvinculação opcionais, podem transmitir um sentimento fictício de igualdade e poder social, de pertença a um coletivo escolhido e não «herdado», bem como contribuir para o fomento ou a erradicação de isolamento e distância social, para a perda ou ganho de laços comunitários.

Chambers (in Giddens, 2013) também chama a atenção para o facto destes novos padrões de relação e associação social poderem não oferecer um suporte capaz de garantir relações que assegurem apoio afetivo, nomeadamente a prestação de cuidados e a afetividade necessários ao bem-estar e à estabilidade emocional dos envolvidos, que advêm, por norma, de relações de proximidade física e de comprometimento. Colocasse, pois a questão de

saber se esta nova forma de socializar e interagir conduz efetivamente ao enfraquecimento dos tradicionais atributos e funções das redes sociais, à perda de influência dos grupos convencionais e à diminuição do grau de compromisso com a comunidade envolvida.

15.5. A importância das redes sociais na emergência do transnacionalismo, das comunidades e práticas transnacionais

As novas tecnologias de informação, comunicação e transporte impulsionaram o aumento das migrações temporárias, pendulares e circulares, sendo progressivamente crescente o número de migrantes que estrutura a sua vida com base em duas ou mais sociedades e universos culturais.

Por outro lado, elas possibilitaram a constituição de redes sociais virtuais de enorme dimensão e dinamismo, proporcionando a interação e a interligação de um gigantesco quantitativo de atores individuais e coletivos, em todos os pontos do globo.

Neste contexto as ligações estabelecidas pelos migrantes encontram-se envolvidas em amplos processos de transnacionalização, ou seja, em processos que compreendem laços e práticas transnacionais em vários domínios, designadamente transações fronteiriças de bens, serviços, capital, ideias e pessoas (Faist, 2013).

Ao ampliar-se e acentuar-se o carácter transnacional das migrações, reuniram-se as condições propícias à formação de espaços transnacionais, como sejam as comunidades transnacionais, definidas por Castles (2005) como grupos de indivíduos estabelecidos num ou mais países, ligados a atividades transfronteiriças regulares e relevantes, de carácter económico, social, cultural e/ou político. Faist complementa a definição desta categoria social da seguinte forma:

«Transnational communities comprise dense and continuous sets of social and symbolic ties, characterized by a high degree of intimacy, emotional depth, moral obligation and social cohesion (...) and do not necessarily involve individual persons living in two worlds simultaneously or between cultures in a 'global village' of de-territorialized space. What is required, however, is that communities without propinquity link through solidarity to achieve a

high degree of social cohesion through a common repertoire of symbolic and collective representations» (2013, pp. 14-15).

Apesar da proximidade física não ser um requisito necessário para a constituição destas comunidades e delas assumirem diferentes níveis de agregação, a sua atividade expressa-se frequentemente através de práticas transnacionais, cuja operacionalização toma como referência duas ou mais sociedades e se reveste de importância central no quotidiano dos indivíduos que as realizam.

Com a enorme facilidade de deslocações e contactos entre o país de origem e o ou os países de destino, emigrantes e conterrâneos que permanecem no país de origem, envolvem-se em atividades de natureza transnacional em diversas esferas de atuação.

No domínio económico destacam-se várias práticas transnacionais suportadas por comunidades da mesma natureza, as quais se materializam em fluxos de bens e capital com finalidades diversas (a título de exemplo refira-se o enorme quantitativo de géneros e donativos enviados por comunidades transnacionais para as zonas mais afetadas pelos incêndios do verão de 2017). Movimentos financeiros e de bens atravessam fronteiras para a criação ou consolidação de projetos empresariais, para o fomento de iniciativas empreendedoras, quer no país de origem, quer no de destino e, por vezes, nos dois em simultâneo. As atividades associadas ao designado «mercado da saúde» ilustram bem as práticas transnacionais de cariz económico.

No campo político, existem também inúmeras expressões de práticas transnacionais promovidas por comunidades transnacionais e redes sociais em contexto migratório, designadamente o envolvimento em organizações e ações de cariz político nos dois espaços do movimento migratório, o exercício do voto, a promoção das relações bi ou multilaterais.

Práticas transnacionais de índole sociocultural, têm uma enorme visibilidade e resultam de relações comunitárias que cruzam fronteiras e que se materializam através da recreação do sentido de comunidade e da participação de emigrantes e de não emigrantes em diversos eventos e iniciativas de índole artístico, cultural e desportivo e que se concretizam através do intercâmbio de ranchos folclóricos, grupos musicais, clubes desportivos entre outros, e da colaboração com organizações de carácter lúdico e solidário (bombeiros, lares etc.).

Existem outras dimensões mais subjetivas e simbólicas das práticas transnacionais que, no atual contexto das redes sociais virtuais, surtem efeitos assinaláveis nas comunidades transnacionais. Trata-se das ideias, valores, comportamentos e referências sociais e culturais que fluem a uma velocidade cada vez maior e num espectro cada vez mais vasto, entre as comunidades radicadas no estrangeiro e as que residem nos países de origem (Faist, 2013).

15.6. Nota final

As redes sociais associadas às migrações sofreram alterações significativas nas últimas décadas, decorrentes, sobretudo, do impacto do advento das novas tecnologias de informação, comunicação e transporte, no seu *modus operandi*. Permitindo contactos físicos e/ou virtuais mais frequentes e regulares entre os atores que as integram e os espaços geográficos que têm como referência, as redes sociais conheceram uma nova dinâmica.

Expandindo-se também em suporte digital, as redes sociais ganharam novas configurações na era da pós-modernidade, mantendo um protagonismo inquestionável no quadro das experiências migratórias da atualidade.

Embora pouco se conheça ainda sobre o papel das redes sociais de perfil cibernético na estruturação das migrações, afigura-se plausível considerar que o carácter transnacional das comunidades e práticas de migrantes, continuará a ser expandido e intensificado.

Contudo, afigura-se pertinente advertir que embora estas redes sociais desterritorializadas possibilitem o acesso rápido e generalizado de todos os seus membros a um conjunto importante de recursos, conferindo maior grau de flexibilidade, amplitude e democraticidade ao seu funcionamento – não existem ainda evidências empíricas cientificamente comprovadas de que esta tipologia de redes sociais proporcione o enquadramento, suporte e apoio de natureza material, afetivo, emocional e psicológico característico de redes sociais territorializadas e de menor dimensão.

As duas categorias de redes sociais referidas, denotam diferentes potencialidades e constrangimentos, constituindo o estudo das formas que vão adquirindo, os conteúdos que vão veiculando e as práticas que vão implementando, um estimulante desafio para os investigadores do amplo domínio das ciências sociais.

■ Bibliografia

- Bauman, Z. (2001). *A modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bourdieu, P. (1980). Le capital social. In: Actes de la recherche en sciences sociales. Vol. 31, pp. 2-3.
- Castells, M. (2012). *Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castles, S. (2005). *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Lisboa: Fim de Século.
- Giddens, A. (2013). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Goldin, I., Cameron, G. & Balarajan, M. (2011). *Exceptional people – how migration shaped our world and will define our future*. Princeton: Princeton University Press.
- Gomes, R. M. (2015). *Fuga de Cérebros – retratos da emigração portuguesa qualificada*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Faist, T. (2000). *The Volume and Dynamics of international migration and Transnational Social Spaces*. Oxford: Oxford University Press.
- Faist, T., Fauser, M. & Reisenauer, E. (2013). *Transnational Migration*. Cambridge: Polity Press.
- Fonseca, L. et al. (2013). *Migrações na Europa e em Portugal*. Lisboa: Almedina.
- Lemieux, V. & Ouimet, M. (2012). *Análise estrutural das redes sociais*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Massey, D. (1988). «Economic development and international migration in comparative perspective». *Population Development Review*, 14(3), pp. 383-413.
- Massey, D. et al., (1993). «Theories of international migration: a review and appraisal». *Population and Development Review*, 19-3, pp. 431-466.
- Massey, D. et al. (1998). *Worlds in motion: understanding international migration at the end of millennium*. Oxford: Oxford University Press.
- O'Reilly, K. (2012). *International migration & social theory*. London: Palgrave Macmillan.
- Patrick, B. & SILVA, F. C. (2014). *Teoria social contemporânea*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Peixoto, J. (1999). *A mobilidade internacional dos quadros*. Oeiras: Celta Editora.
- Pinho, F. (2015). «Redes sociais no recrutamento de imigrantes: fundamentos teóricos de uma proposta de explicação». *Sociologia*, Vol. XXIX, pp. 81-103.
- Pires, R. et al. (2010). *Portugal: atlas das migrações internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Portes, A. (2006). *Estudos sobre as migrações contemporâneas. Transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração*. Lisboa: Fim de Século.
- Portes, A. & Walton, J. (1981). *Labor, class and the international system*. New York: Academic Press.
- Rocha-Trindade, M. B. (1995). *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Samers, M. (2010). *Migration*. Oxon: Routledge.

Silva, C., Fialho, J. & Saragoça, J. (2013). *Iniciação à análise de redes sociais – casos práticos e procedimentos com UNINET*. Lisboa: Caleidoscópio.

Teixeira, P. (2015). *Novo êxodo português – causas e soluções*. Porto: Vida Económica.